

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À POPULAÇÃO LGBTQIA+

Állan Henrique Barbosa¹, Emerson Romário Pereira¹, Débora da Silva Brandão Santos²

¹Discente do Curso de Enfermagem - UNISEPE - UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA LTDA Faculdades Integradas Asmec / Curso De Enfermagem/Av. Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo, 100 – Jd. dos Ipês – Ouro Fino (MG) – 37.570-000, e-mail asmec@asmec.br ²Docente do Curso de Enfermagem

Resumo

De acordo com o sexo biológico, feminino ou masculino, a sociedade é encaminhada a seguir padrões heteronormativos preestabelecidos, que compreendem desde o comportamento, valores e pensamentos a vestimentas e cores, em que homem se relaciona com mulher, como uma prática de reprodução humana. Para a população denominada LGBTQIA+, preconceito e discriminação acarretam na negação de direitos, tanto na saúde como na educação. Considerando que este público historicamente foi negligenciado, sofreu e ainda sofre preconceitos e também necessita de um atendimento que visa à equidade para um acesso ao serviço de saúde. O objetivo desta pesquisa foi avaliar o conhecimento da equipe de Enfermagem na assistência à população LGBTQIA+. Foi realizada uma pesquisa descritiva, exploratória de abordagem quantitativa no período de maio a agosto de 2024, nas Unidades de Saúde do Município de Ouro Fino-MG. Foi aplicado um questionário pré-elaborado pelos autores para as pessoas que se denominavam como LGBTQIA+ e além disso, foi aplicado um questionário para os profissionais de Enfermagem. Neste estudo, verificou-se que grande parte dos profissionais entrevistados apresentou ainda um desconhecimento da Política Nacional de Saúde à população LGBTQIA+ e por esta falta de conhecimento acabam não fornecendo um atendimento com equidade e humanizado. Também, observou-se que os usuários declarados como LGBTQIA+, não se sentem totalmente acolhidos e respeitados nos atendimentos de saúde, além disso, desconhecem seus direitos como usuários do sistema de saúde. Apesar da existência da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, ainda não conseguiu chegar efetivamente aos serviços de saúde, refletindo no desconhecimento da equipe de enfermagem sobre a diversidade social, podendo ocasionar situações de vedação de direitos básicos para esta população. O estudo demonstrou que a maioria dos profissionais não tem conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+, e que se faz necessário um maior conhecimento para que se possa eliminar os preconceitos e paradigmas de uma sociedade heteronormativa, que não foi criada culturalmente para respeitar as diferenças, mas sim, para seguir pressupostos padronizados nos limites da sexualidade.

Palavras-chave: Enfermagem, Assistência, LGBTQIA+ .

Área do Conhecimento: Saúde Pública e Hospital

Introdução

A abreviação LGBTQIA+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais. O sinal de mais indica a inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Neste estudo, discutimos a assistência de enfermagem para a comunidade LGBTQIA+ (BRASIL, 2024).

O sexo biológico, seja feminino ou masculino, pauta a sociedade na adoção de padrões heteronormativos estabelecidos, que englobam comportamentos, valores, pensamentos, vestimentas e cores, onde a relação

se dá entre homem e mulher, e macho e fêmea, em um contexto de reprodução humana. Na fase adulta, ao passar de aprendizes a educadores, perpetua-se a mesma concepção da heteronormatividade (SILVA, et al., 2018).

Para a comunidade LGBTQIA+, o preconceito e a discriminação resultam na negação de direitos, sejam estes de natureza sexual, reprodutiva ou social, abrangendo áreas como saúde e educação. Essas manifestações de discriminação se materializam de maneira violenta, podendo ser por meio de agressões físicas, verbais ou culturais. Em determinados

casos, o preconceito pode ser são categorizado como lesbofobia, homofobia ou transfobia, sendo a homofobia o termo central utilizado para designar a hostilidade direcionada a essa população. As diversas expressões desse preconceito incorporam valores fundamentalistas e machistas, promovendo repulsa e hostilidade contra indivíduos que se relacionam afetivamente com pessoas do mesmo sexo, além de também afetar heterossexuais ao restringir a expressão da afetividade entre iguais (SILVA et al., 2018).

É fundamental reconhecer que os processos discriminatórios direcionados à comunidade LGBTQIA+ manifestam-se de diversas maneiras que impactam a saúde, incluindo sofrimento psíquico, alcoolismo, tabagismo e uso de outras substâncias. O preconceito por parte dos profissionais de saúde em relação às práticas sexuais e sociais da população LGBTQIA+ resulta na desqualificação do atendimento a esses indivíduos, evidenciando que a discriminação permeia o sistema de saúde como um todo (CARRARA, et al, 2011).

Diante desse contexto, é fundamental promover um espaço para a discussão sobre o conhecimento da equipe de enfermagem em relação à diversidade sexual e aos preconceitos que dela decorrem. Essa abordagem contribui para um diagnóstico da realidade local, permitindo a identificação de fragilidades e a oportunidade de melhorar a prática profissional. É importante destacar a escassez de materiais bibliográficos sobre a temática na área da saúde, pois a maioria das publicações é vinculada a estudos que abordam o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a discussões excessivas sobre a biologia da sexualidade. Esse fato reflete, portanto, um preconceito nas produções acadêmicas, além da desvalorização de aspectos culturais (COSTA et al., 2011).

O Ministério da Saúde, fundamentado nos princípios consagrados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), que promovem a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e reafirmado no objetivo central da República Federativa do Brasil de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, introduziu, no ano de 2010, durante a 14ª Conferência Nacional de Saúde, a Política de Saúde voltada para a população LGBTQIA+. Essa iniciativa assegura o acesso ao atendimento de saúde para essa população em todas as situações, sem qualquer forma de discriminação (LAURENTINO ACN, 2015).

O reconhecimento desse conjunto de direitos ainda requer progressos, pois é necessário implementar políticas que assegurem tais direitos a essa população que visa alcançar

essas diretrizes, com ênfase especial na saúde da população LGBTQIA+. Um exemplo disso é a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTQIA+, que foi estabelecida no âmbito do Sistema Único de Saúde (SILVA et al., 2018).

O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar o conhecimento da equipe de Enfermagem na assistência população LGBTQIA+.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória de abordagem quantitativa. Foi realizada no período de maio a agosto de 2024 nas Unidades de Saúde do Município de Ouro Fino-MG. Foi utilizado como instrumento de pesquisa, um questionário pré elaborado pelos autores e aplicado para 101 pessoas que se denominam como LGBTQIA+ acima de 18 anos até 59 anos de idade. Foi utilizado ainda um questionário pré elaborado pelos autores para 50 profissionais de Enfermagem sendo eles 30 Enfermeiros e 20 Técnicos de Enfermagem. Foi utilizado como critérios de exclusão pessoas que não se denominam LGBTQIA+ e profissionais que não compõe a equipe de Enfermagem. Os questionários e o Termo de consentimento foram enviados através da plataforma Google Forms, e compartilhados via link para os que aceitaram ser entrevistados, onde foi explicado a livre adesão e confiabilidade do sigilo das respostas encaminhadas. O questionário para os usuários que se denominavam como LGBTQIA+ foi composto de dezoito questões com opções de sim ou não para cada pergunta e para os profissionais de Enfermagem o questionário era composto por dezenove questões com opções de sim ou não para resposta, de acordo com o conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral a População LGBTQIA+.

A pesquisa foi aprovada pelo Conforme Comitê de Ética Resolução 466/12 conforme parecer nº 6.551.445.

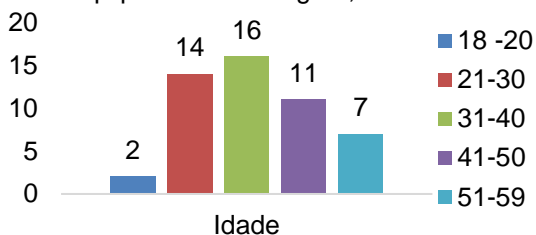
A análise dos dados foram por meio de tabulação, o resultado foi mensurado em gráficos.

Resultados

Para uma primeira análise colocam-se os resultados referentes aos profissionais de enfermagem que participaram da pesquisa.

Foram entrevistados 50 profissionais atuantes nas Unidades de Saúde do município de Ouro Fino. O número de profissionais entrevistados foram 30 Enfermeiros e 20 Técnicos em Enfermagem.

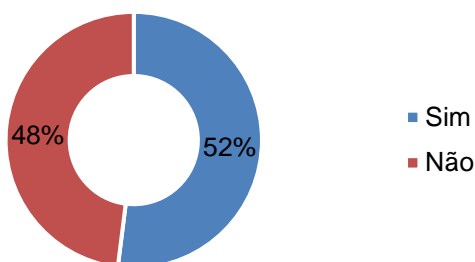
Gráfico 1 - Idade dos participantes da equipe de Enfermagem, 2024.



Fonte: Questionários aplicados

O gráfico 1, demonstra a idade dos profissionais entrevistados, a maior predominância se encontra entre 21 e 50 anos de idade.

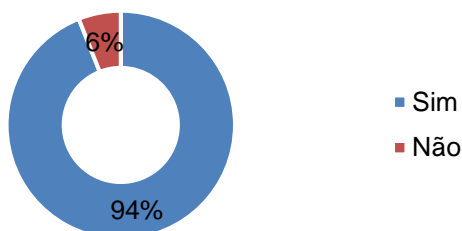
Gráfico 2 - Conhecimento dos profissionais de Enfermagem sobre a Política Nacional de Saúde Integral à População LGBTQIA+, 2024.



Fonte: Questionários Aplicados

Como se pode observar no gráfico 2 a maioria desconhece as Políticas Públicas voltadas para a população LGBTQIA+

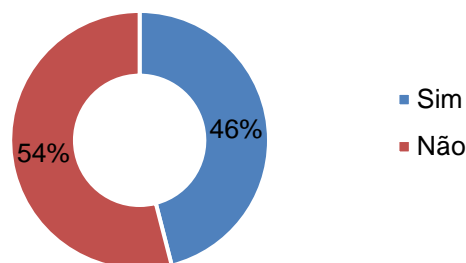
Gráfico 3 - O profissional de enfermagem chama o paciente pelo nome social, quando o mesmo possui, 2024.



Fonte: Questionários Aplicados

No gráfico 3 é possível notar que existe um tratamento de respeito e dignidade, onde 94% dos profissionais respeitam a utilização do nome social.

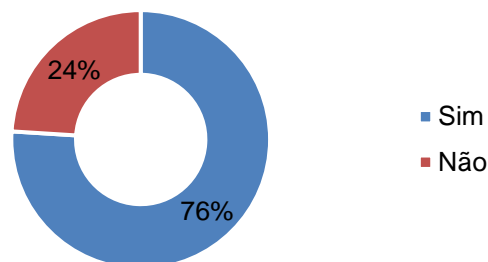
Gráfico 4 - Sobre a promoção de estratégias a fim de reduzir a mortalidade da população LGBTQIA+, 2024



Fonte: Questionários Aplicados

Observa-se no gráfico 4 que mais da metade dos profissionais de enfermagem entrevistados não realizam promoção de estratégias para reduzir a mortalidade da população LGBTQIA+.

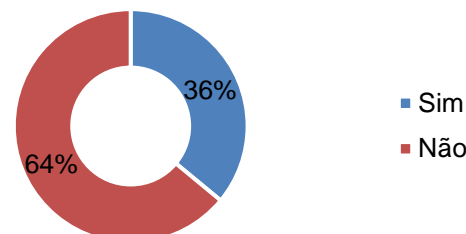
Gráfico 5 - Conhecimento de que os direitos são os mesmos das pessoas que não se denominam como LGBTQIA+, 2024



Fonte: Questionários Aplicados

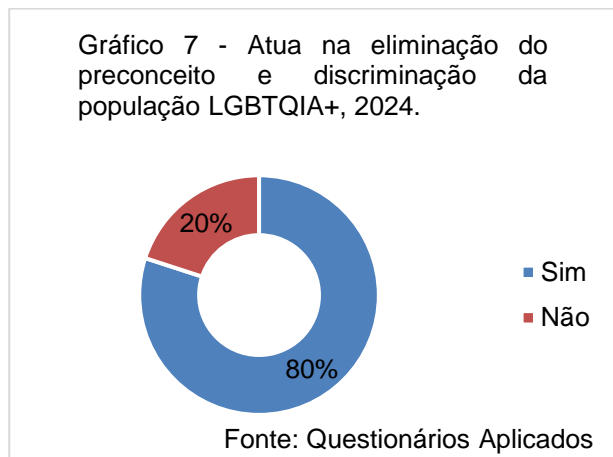
O gráfico 5 demonstra que 24% não acha que as pessoas LGBTQIA+, tem os mesmos direitos de qualquer outra pessoa que não se denomina como parte da população LGBTQIA+.

Gráfico 6 - Conhecimento da garantia dos direitos reprodutivos a população LGBTQIA+ no âmbito do SUS, 2024.

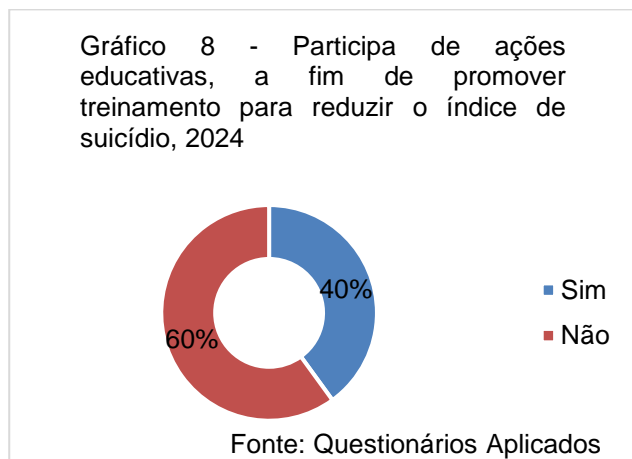


Fonte: Questionários Aplicados

O gráfico 6 mostra que 60% dos profissionais não possui conhecimento sobre os direitos reprodutivos da população LGBTQIA+.

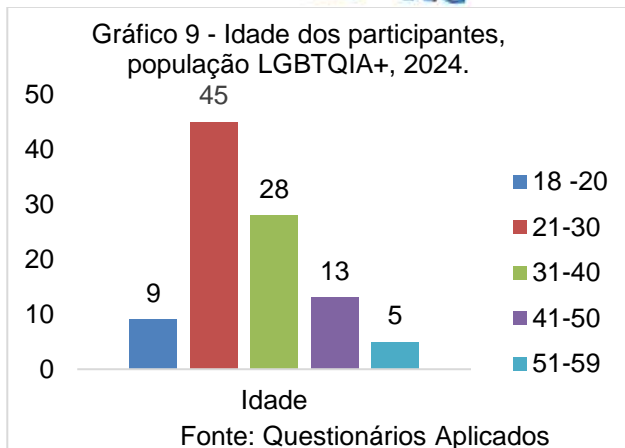


O gráfico 7, mostra que 80% atua de forma eliminar o preconceito e a discriminação da população LGBTQIA+.

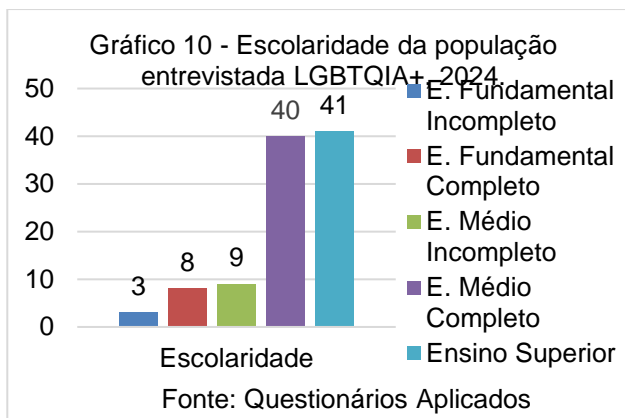


O gráfico 8 mostra que 60% não participa de treinamento para promover a redução do número de suicídio desta população.

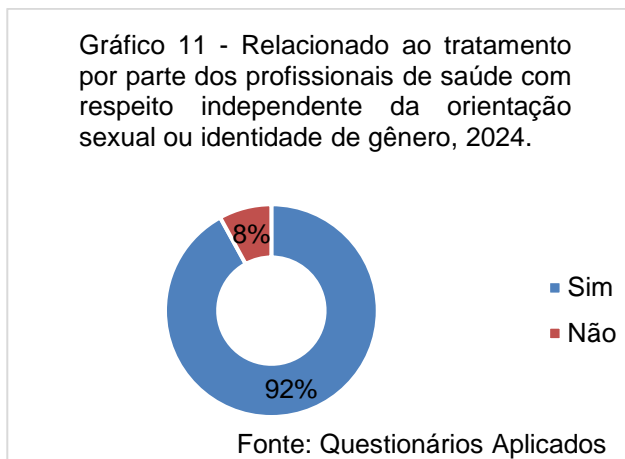
A seguir demonstram-se os resultados referentes à população LGBTQIA+. Os gráficos abaixo demonstram as respostas do questionário aplicado e respondido por 101 pessoas que se denominam LBGTQIA+.



O gráfico 9 demonstra que a predominância esta entre 21 e 40 anos.

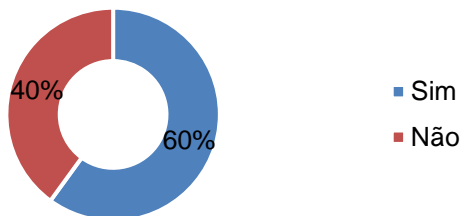


O gráfico 10 demonstra que a educação é fundamental, e que hoje 40% possuem Ensino medio completo e 41% possui Ensino Superior.



O gráfico 11 demosntra que 8% ja sofreu preconceito no atendimento.

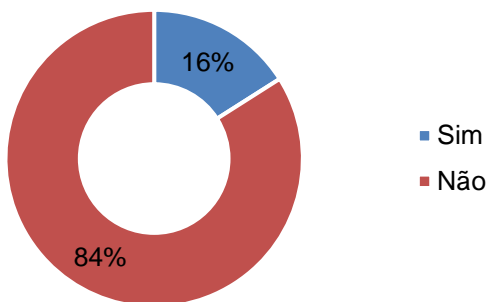
Gráfico 12 - Relacionado sobre a utilização do nome social e se é tratado pelo mesmo, 2024.



Fonte: Questionários Aplicados

O gráfico 12 mostra que 40% das pessoas que utilizam o nome social, não são tratadas pelo mesmo, o que gera preconceito e discriminação, além do constrangimento do paciente.

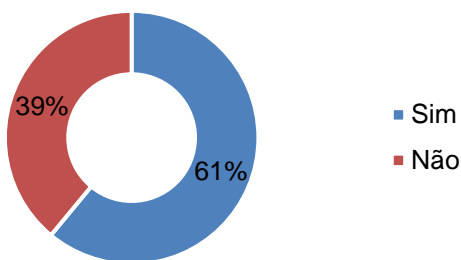
Gráfico 13 - Relacionado ao preconceito ou discriminação por conta de ser uma pessoa LGBTQIA+, no atendimento de saúde, 2024.



Fonte: Questionários Aplicados

O gráfico 13 mostra que existe sim um certo preconceito no atendimento por mais que seja uma porcentagem baixa cerca de 16%, ainda existe.

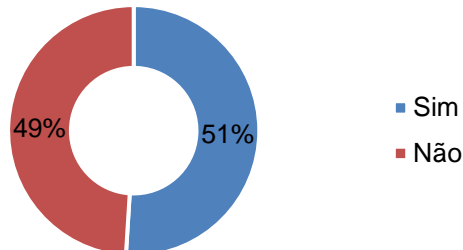
Gráfico 14 - Conhecimento dos direitos como usuário da rede de saúde, 2024.



Fonte: Questionários Aplicados

No gráfico 14, observa-se que 39% da população denominada LGBTQIA+ desconhecem dos seus direitos de acesso à rede de saúde.

Gráfico 15 - Relacionado ao direito de usufruir assumidamente como LGBTQIA+, 2024.



Fonte: Questionários Aplicados

Observa-se no gráfico 15, que 49% dos usuários entrevistados não conseguem usufruir de seus direitos assumidamente como LGBTQIA+.

Discussão

A Política Nacional de Saúde LGBTQIA+ representa um marco histórico no reconhecimento das demandas dessa população em situação de vulnerabilidade. Além disso, constitui um documento que evidencia e legitima suas necessidades e particularidades, alinhando-se aos princípios de equidade estabelecidos pela Constituição Federal e pela Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 2024). Neste estudo pode-se observar que apesar de 52% afirmarem que possuem conhecimento sobre a política de saúde LGBTQIA+, ainda é deficiente e necessita-se de vê-la implantada nas redes de atendimento à saúde, levando à promoção de ações voltadas para este público.

Neste estudo, verificou-se que grande parte dos profissionais entrevistados apresenta ainda um desconhecimento dessa política e com isso, por muitas vezes acabam não fornecendo um atendimento com equidade e ainda mais humanizado. Também se observou que os usuários declarados como LGBTQIA+, não se sentem totalmente acolhidos e respeitados nos atendimentos de saúde e que ainda desconhecem seus direitos como usuários do sistema de saúde. Foi possível observar que apenas 61% dos usuários têm conhecimento da existência de políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+, o que torna necessário maior divulgação e conhecimento da população para que estas políticas possam de fato colocadas em prática.

Além da falta de conhecimento sobre o público LGBTQIA+, outro fator que limita o acesso deste grupo aos serviços de saúde é a utilização inadequada do nome social. Embora poucos usuários com uso de nome social, pode se

observar que, 40% das pessoas pesquisadas denominadas LGBTQIA+, responderam que não são tratados pelo nome social, evidenciando assim, o preconceito e a discriminação. Com isso, observou-se um confronto de respostas, já que 94% dos profissionais responderam que chamam o paciente pelo nome social. A minoria que representa 6% ainda não faz isso, o que desencadeia todo um processo de preconceito. Observa-se nas declarações que há uma grande intenção de respeitar a identidade de gênero dos indivíduos, entretanto, o uso dessa ferramenta é restrito, uma vez que os profissionais, no dia a dia de trabalho, tendem a se apegar ao nome de registro. A não aplicação correta dessa prática resulta em uma série de constrangimentos, que impactam negativamente a formação do vínculo entre enfermeiro e usuário. Essa relação, quando estabelecida com base na confiança e no respeito pelas particularidades de gênero, tende a aprimorar de forma positiva a qualidade dos cuidados prestados.

De acordo com o estudo de Guimarães et al., (2020), a sexualidade é uma necessidade humana fundamental que deve ser discutida em conjunto com outros aspectos significativos da vida. É responsabilidade dos profissionais de saúde atuar na superação das dificuldades relacionadas à temática da sexualidade. Essa responsabilidade é reafirmada na política nacional de saúde LGBTQIA+, que, em seu artigo 4º, inciso V, propõe a definição de estratégias voltadas para promover a atenção e o cuidado com adolescentes LGBTQIA+ assegurando sua saúde, e o acolhimento. Neste estudo, apontou que há uma maior necessidade de promoção de estratégias que visam acolhimento e eliminação de preconceitos e discriminação nos atendimentos de saúde. Cerca de 54% dos profissionais não realizam ou participam de nenhuma ação que visa promover estratégias para reduzir a mortalidade da população estudada. Observa-se que é necessária a implantação de promoção em saúde para melhoria da qualidade do atendimento bem como um acolhimento humanizado desta população.

Conforme evidenciado no estudo de SILVA et al. (2018), embora a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTQIA+ esteja em vigor, sua implementação efetiva nos serviços de saúde ainda é insuficiente. Isso resulta em um desconhecimento por parte dos enfermeiros sobre a diversidade social, o que pode levar à negação de direitos básicos para essa população. Apontou-se neste estudo, a mesma situação citada, que mostra o desconhecimento das políticas voltadas a esta população. Cerca de 48% dos profissionais abordados, não têm conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde

Integral a População LGBTQIA+, um dado preocupante, pois a falta de conhecimento pode levar à deficiência no atendimento e na assistência prestada.

Além disso, SILVA et al. (2018) propõe uma relação que se apresenta como um viés promissor para a superação dos preconceitos: vivenciar, na própria pele, os tormentos experimentados por aqueles que são marginalizados. O preconceito homofóbico pode ser definido como as ações discriminatórias cometidas contra indivíduos da diversidade sexual, com ênfase especial nos LGBTQIA+. No entanto, o entendimento deste conceito transcende essa definição inicial: materializa-se como uma forma de violência que pode ser manifestada de duas maneiras: a física, que atinge diretamente a integridade do corpo, resultando em homicídios ou suicídios; e a não-física, expressa cultural, social, verbal e psicologicamente, configurando uma forma de violência simbólica. Neste estudo, observou-se que alguns usuários ainda sofrem preconceito e discriminação nos atendimentos de saúde, o que contraria o atendimento universal do SUS. Apesar de 80% dos profissionais alegar atuar na frente contra o preconceito ainda existe a minoria que nada faz para combater isso, apontando a falta de participações em treinamento que abrange 60% dos profissionais, o que reflete diretamente no atendimento onde 8% afirma não ser tratado com respeito e sim com discriminação.

Conforme RODRIGUES et al., 2023, uma estratégia nacional para diminuir as vulnerabilidades da comunidade LGBTQIA+, juntamente com a implementação dos princípios orientadores do SUS, é crucial para os direitos sociais daqueles que antes tinham seus direitos negados. Embora tenha havido progressos, existem vários obstáculos que dificultam a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+ no Brasil. Entre os diversos obstáculos identificados na amostra deste estudo, destacam-se: escassez de estudos que auxiliem na criação de indicadores de saúde, formação insuficiente de profissionais da área da saúde e a invisibilidade da comunidade LGBTQIA+, especialmente de pessoas trans e lésbicas. Neste estudo reafirma que o conhecimento e os direitos da população LGBTQIA+ não são de total conhecimento de todos, seja profissional ou mesmo usuários das unidades de saúde. Observou-se que 24% dos profissionais afirmaram que acreditam que os direitos das pessoas LGBTQIA+, são diferentes das que não se denominam como LGBTQIA+, sendo que na verdade a falta de conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral a População LGBTQIA+ é o que acarreta nesta inverdade. Já de acordo com a população

LGBTQIA+ pesquisada apenas 51% consegue de fato usufruir de todos os direitos sendo assumidamente LGBTQIA+.

O estudo demonstrou que a maioria dos profissionais não tem conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+, e que se faz necessário uma maior conscientização para que se possa eliminar os preconceitos e paradigmas de uma sociedade heteronormativa, que não foi criada culturalmente para respeitar as diferenças, mas sim para seguir pressupostos padronizados nos limites da sexualidade.

Conclusão

Conclui-se que o conhecimento dos profissionais da equipe de enfermagem estudados referente à Política Nacional de saúde Integral à população LGBTQIA+ encontra-se deficiente. Além disso, desconhecem desde siglas, bem como, as consequências dos preconceitos sofridos por esta população.

Diante disto, conclui-se ainda, que a Política Nacional de Atenção à Saúde da População LGBTQIA+, é aplicada, porém de maneira ainda deficitária nas redes de atendimento à Saúde. Necessita-se de realização de treinamentos e educação continuada por parte dos profissionais para que conheçam tais políticas e assim coloquem em prática e possam oferecer um atendimento com equidade e com qualidade.

Agradecimentos: Primeiramente a Deus que nos permitiu que tudo isso acontecesse e nos deu forças durante todo o caminho para ultrapassar todos os obstáculos ao longo do curso.

Aos nossos pais que sempre incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam nossa ausência.

A nossa professora orientadora, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram um melhor desempenho no nosso processo de formação profissional.

Referências

BRASIL, Ministério dos direitos Humanos e da cidadania. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt>> Acesso em: 27 nov. 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política de Saúde a População LGBTQIA+** Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade-em-saude/populacao-lgbtqiapn>>

Acesso em: 19 nov. 2024.

Guimarães, N. P., Sotero, R. L., Cola, J. P., Antonio, S., & Galavote, H. S. (2020). **Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil.** Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde, 14(2). <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i2.1712> Acesso em: 19 nov. 2024.

Silva GWS, Sena RCF, Cassiano AN, Sobreira MVS, Miranda FAN. **Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família.** Cuidado é fundamental [Internet]. 2018 jan.-mar. [citado em 2019 jan. 18];8(1):3725-39. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3942/pdf_1782 Acesso em: 19 nov. 2024.

Rodrigues, F. B., & Carvalho Castilho de Avellar, C. (2023). **Avanços e barreiras na implementação da política nacional de saúde integral da população LGBT: uma revisão integrativa.** Journal of Education Science and Health, 3(3), 01–11. <https://doi.org/10.52832/jesh.v3i3.209> Acesso em: 19 nov. 2024.

Laurentino ACN. **Políticas Públicas de saúde para a população LGBT: da criação do SUS à implementação da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT [dissertação].** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2015.

Carrara SL, Heilborn ML (Coord.). **Derechos, política, violência e diversidade sexual: Secunda encuesta –Marcha de la DiversidadSexual.** Santiago de Chile: Universidad Católica del Nobre. 2011.

Albuquerque, G. A., Garcia, C. de L., Alves, M. J. H., Queiroz, C. M. H. T. de, & Adami, F. (2013). **Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil.** Saúde em Debate, 37(98), 516-524.